

5.

A supervisão de estágio no processo de trabalho do assistente social - as diretrizes curriculares e a dimensão ético-política da profissão no processo de ensino-aprendizagem do curso de Serviço Social da PUC-Rio.

O terceiro e quarto capítulo buscaram demonstrar como se deu a inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho e como vem sendo organizado o processo de trabalho do assistente social na contemporaneidade. Nesse sentido, buscavam mostrar as condições de inserção do Serviço Social na esfera produtiva, as novas demandas e requisições para o assistente social e os reflexos destas no processo de trabalho do assistente social.

No entanto, deve-se lembrar que Serviço Social é uma profissão regulamentada e que todo assistente social passa por um processo de formação profissional. Além disso, esta formação, por muito tempo, foi direcionada por uma determinada ideologia. Dessa forma, sua formação nem sempre foi baseada em princípios que levassem o futuro profissional a perceber as contradições do sistema produtivo, a ter uma visão ampla sobre a realidade em que sua ação iria se inserir, bem como sobre o seu processo de trabalho e, por conseguinte, a se ver como participante do sistema produtivo. Esta mudança de direção veio somente com as diretrizes curriculares de 1996 e 1999, e com o Projeto Ético-Político da profissão, que procura direcionar e orientar a formação e o fazer profissional do assistente social, na atualidade.

Ao pesquisar sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil, verifiquei que a formação profissional do assistente social teve início, no Brasil, na década de 1930, vinculada a entidades religiosas, se organizando inicialmente a partir das doutrinas humanitária e filantrópica da Igreja Católica, vinculada ao próprio surgimento da profissão que, devido a necessidades sociais que surgiram em meio ao processo de industrialização do país, passou a ser requisitada pelo aparelho de Estado e pelas empresas.

(...) O assistente social, no exercício de sua atividade vinculado a organismos institucionais estatais, para estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce função tanto de suporte a racionalização do funcionamento

dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas (Iamamoto, 2003, p.112).

Nesse período, houve no Brasil uma urbanização crescente e junto a ela as contradições do processo de industrialização, que fizeram brotar as lutas reivindicativas da classe trabalhadora. Assim, através do papel pacificador do Estado, surge a institucionalização do Serviço Social que, movido pelas profundas mudanças sociais através do processo de transição do modelo agrário-comercial para o modelo industrial, atua frente à questão social, que se agravava.

Sendo assim, surge à primeira Escola de Serviço Social do Brasil em São Paulo, em 1936⁵⁵, e posteriormente, a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1937. Posteriormente, em 1946, surgiu a então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)⁵⁶.

A ABESS se configurou como uma entidade civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e congregava 46 unidades de ensino de Serviço Social a nível de graduação e seis a nível de pós-graduação. Consta em seu estatuto, no artigo 2º, suas finalidades que são:

- a) Promover o aperfeiçoamento do ensino do Serviço Social no país;
- b) Estimular o intercâmbio e colaboração entre unidades de Ensino de Serviço Social;
- c) Contribuir para aperfeiçoar o padrão de ensino com ênfase no estudo e nas soluções dos problemas estruturais, conjunturais e regionais;
- d) Representar os interesses das unidades de ensino de Serviço Social filiadas;
- e) Estabelecer entendimentos com entidades nacionais e internacionais, visando canalizar recursos técnicos e financeiros para as Unidades de ensino filiadas mediante convênio e;
- f) Incentivar e promover intercâmbio e articulação com organizações internacionais congêneres (Pinto, 1986, p.89).

Conforme exposto por Silva (1995), desde o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social até 1945⁵⁷ a formação profissional do assistente social definia-se em três eixos. São eles: formação científica, no qual era necessário o

⁵⁵ Foi fundada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), regulamentada pelo Decreto Lei nº 9.632, de 1946, que passou a incorporar a Escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 1936 por iniciativa de Maria Kiehl e Albertina Ramos, formadas na Escola de Serviço Social de Bruxelas, dirigida pela pioneira na área Adèle de Loneux. A PUC/SP foi, desse modo, a primeira universidade do país a oferecer curso nessa modalidade. Disponível em: www.cress-sp.org.br. Acesso em 02/12/2009.

⁵⁶ Foi criada com o objetivo de estabelecer uma metodologia de ensino, em Serviço Social, reformulando a grade curricular das escolas. Disponível em: www.cress-sp.org.br. Acesso em 02/12/2009.

⁵⁷ Nesse ano, foi realizado o I Congresso Pan-Americano de Serviço Social, em comemoração aos 20 anos de fundação da Escola de Serviço Social de Santiago, no Chile In: www.cress-sp.org.br, acesso em 02/12/2009.

conhecimento das disciplinas como Sociologia, Psicologia, Biologia, Filosofia, favorecendo ao educando uma visão holística do homem, ajudando-o a criar o hábito da objetividade; formação técnica, cujo objetivo era preparar o educando quanto a sua ação no combate aos males sociais; e a formação moral e doutrinária, fazendo com que os princípios inerentes à profissão fossem absorvidos pelos alunos⁵⁸.

É importante destacar as influências que o Serviço Social sofreu na sua constituição como profissão. Primeiro o modelo franco-belga, que levou o Serviço Social para uma formação que partia da vocação. Posteriormente, após a II Guerra Mundial, o modelo norte-americano, que trouxe os métodos de Serviço Social de caso, grupo, organização e desenvolvimento de comunidade, com o deslocamento das influências teóricas neotomistas para os pressupostos sociológicos funcionalistas, cujo intuito era a racionalização da prática profissional, o que conseqüentemente vai se refletir na formação profissional (Silva, 1995).

Parece nítido que o ensino do Serviço Social iniciou-se como um instrumento de profissionalização, cujo objetivo era preparar o técnico, o especialista para servir ao sistema produtivo capitalista. A ideologia em pauta indicava que o curso de Serviço Social deveria preparar e qualificar pessoas, para atender as necessidades do mercado de trabalho.

(...) O sentido da ação do Serviço Social institucionalizado, no entanto, não é dado apenas por este nível de especificidades – o qual é particularmente importante para caracterizar socialmente o Serviço Social, informando acerca dos segmentos da população em relação aos quais caberá ao Serviço Social uma dedicação especial, porém não exclusiva. O sentido mais geral da atuação do serviço Social será dado essencialmente, pelas funções econômicas, políticas e ideológicas que presidem o surgimento e o desenvolvimento das instituições as quais é incorporado (Iamamoto, 2003, p. 312).

Sendo assim, o ensino de Serviço Social se configura vinculado ao sistema social capitalista. É parte desse sistema, desde a sua legitimação a partir da

⁵⁸ O curso tinha caráter de formação técnica e recebia, ainda, forte influência do pensamento neotomista, então predominante nos meios cristãos e que embasou as primeiras escolas da área. Era a concepção do homem como ser livre, inteligente e social, com direito de encontrar na sociedade os meios necessários à sua sobrevivência e pleno desenvolvimento como pessoa humana. Daí se deduzia o sentido do bem comum e a imperiosidade da justiça social - o indivíduo para a sociedade e a sociedade para a pessoa humana/cidadão (Junqueira in Vicini, 1983, 30-31). Disponível em: www.cress-sp.org.br, acesso em 02/12/2009.

solicitação da sua presença, mediante as condições históricas, tendendo a atender seus interesses e necessidades.

Ao considerarmos a supervisão de estágio como parte do processo de trabalho do assistente social e a sua articulação com a trajetória da profissão, veremos que a supervisão de estágio em Serviço Social, a princípio, caracterizou-se pela técnica de orientação de aplicação de normas, regras e princípios, no qual o papel do supervisor era o ensino do fazer da profissão, baseando-se no ponto de vista técnico-operativo, com uma expectativa complementar da formação profissional e não de unidade.

Logo, este processo de supervisão, ao se guiar pela reprodução da operacionalização de instrumentos e técnicas, acabava por retirar do processo de aprendizagem a assimilação da intensidade do processo de trabalho do assistente social, de tal modo que prejudicava a interpretação do significado sócio-histórico da profissão na sociedade.

Como afirma Martinelli (2001), a ação do assistente social encontrou-se por muito tempo descaracterizada, seguida de um percurso alienante e alienador e de uma postura de controle. Além da ausência de identidade e coletividade da categoria, que vinha se guiando pelos interesses hegemônicos da classe dominante, seja na prestação de serviços ou na garantia da expansão do capital.

Na década de 50, especificamente em 1953 foi promulgada a Lei nº 1.889⁵⁹, que demarcou neste período os objetivos, bem como a estruturação que o ensino em Serviço Social deveria seguir, como curso de graduação em ensino superior e os benefícios dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais.

Nos anos de 1960, devido à realidade que se presenciava, seguida de um regime ditatorial, o Serviço Social veio, como relatado por Martinelli (op. cit), a reproduzir uma prática “alienante e alienadora”. Contudo, foi no meio desta batalha no período ditatorial que se formaram os assistentes sociais críticos que buscavam lutar por uma nova realidade profissional.

⁵⁹ O Decreto nº 35.311, de 8 de abril de 1954, regulamentou a Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, sobre o ensino de Serviço Social, determinando a exigência de um currículo mínimo para o curso. Esta legislação, que resultou de sete anos de esforços da ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) e da ABAS (Associação Brasileira de Assistência Social), teve enorme repercussão para o Serviço Social brasileiro, (Vieira, 1989, p.147).

A década de 1960 foi marcada por um período de instauração da ditadura militar no país, que veio a provocar profundas alterações e reorientações no modo de organização da sociedade brasileira e, conseqüentemente, nos projetos de formação e atuação profissional.

São vários os fatores que deixavam clara a falta de identidade do assistente social, como a sua prática mecanizada voltada aos interesses dos que compravam a sua força de trabalho. Mas que, ao mesmo tempo, em vista dessa realidade, favoreceu a uma iniciativa acelerada da trajetória em busca de mudança, ficando conhecido neste processo histórico como “Movimento de Reconceituação”, conforme já visto.

Foi com o seu reconhecimento e inserção na divisão social do trabalho que a profissão, através de sua hegemonia de classe, no que diz respeito aos princípios organizativos do seu trabalho, que o assistente social começou a apreender a sua identidade e a sua prática, o que o levou tanto a buscar romper com o caráter conservador, quanto com a alienação de subordinação aos princípios ideológicos burgueses. A história da profissão nos mostra, contudo, que o que de fato houve foi mais uma intenção de ruptura do que propriamente uma ruptura, não obstante a importância que tal movimento representa para a categoria profissional⁶⁰.

O movimento de reconceituação do Serviço Social se deu num quadro específico da história brasileira. O golpe de abril de 1964 originou conturbados acontecimentos de ordem política. Nesse mesmo momento, as ciências sociais brasileiras começam a se questionar sobre a sua atuação ao se pautar num enfoque dialético.

(...) O Estado que se estrutura depois do golpe de abril expressa o rearranjo político das forças sócio-econômicas a quem interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão (de acumulação), aprofundadas a heteronomia e a exclusão. Tal Estado concretiza o pacto contra-revolucionário exatamente para assegurar o esquema de acumulação que garante a prossecução de tal padrão, mas, isto é crucial, readequando-o às novas condições internas e externas que emolduravam, de uma parte, o próprio patamar a que ele chegara e, de outra, o contexto internacional do sistema capitalista, que se modificava acentuadamente no curso da transição dos anos cinquenta aos sessenta (Netto, 2004, p. 27).

⁶⁰ Para essa discussão tomei como referência Netto (2004).

No meio deste desenvolvimento de consciência crítica, a categoria profissional iniciou a sua organização na busca por superações e expansão de consciência política, tanto no que tange a ampliação dos espaços profissionais como na produção de uma nova realidade.

Ao analisarmos o Movimento de Reconceituação veremos que tivemos um salto qualitativo dos profissionais de Serviço Social, principalmente ao assumirem uma posição político ideológica, percebendo a dimensão política da prática profissional, bem como a busca de uma compreensão global da realidade. Pois, o assistente social até então pautava a sua ação profissional na busca de modernização e de eficiência para permitir que o sistema funcionasse melhor no seu conjunto.

(...) Essa atualização se manifesta em mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, para atender as exigências da política de desenvolvimento com segurança (Iamamoto, 2004, p. 32).

Em termos de formação profissional, ao examinarmos o currículo mínimo adotado em 1970, que não é o meu propósito nesta dissertação, verifica-se que ele reflete tardiamente a assimilação da ideologia desenvolvimentista pelo Serviço Social, expressando também maior preocupação com a cientificidade e o método, com a inclusão da teoria de Serviço Social, enquanto matéria voltada para a cientificidade profissional.

Em 1970, um documento oficial, o Parecer nº 342, de 13 de março de 1970, do Conselho Federal de Educação, ao se pronunciar sobre o novo currículo de Serviço Social, enfoca as funções do Serviço Social. Diz que o Serviço Social procura: a) ajustar o indivíduo à sociedade e desenvolver nele, ao mesmo tempo, a consciência crítica e prospectiva que torne agente de transformação da própria sociedade; b) estimular e orientar uma política de mediações entre esses dois pólos da estrutura social; c) colaborar para que as estruturas globais não se imponham aprioristicamente aos grupos sociais e aos indivíduos, mas resultem da articulação harmônica entre o todo e as partes, mediante a qual possa vir de ambos o poder da iniciativa, ao mesmo tempo em que se humanizam as estruturas burocráticas do Estado (Vieira, 1989, p.164).

Assim, fica visível que o movimento de reconceituação no Brasil não rompeu inicialmente com a proposta desenvolvimentista, mas reforçou essa proposta ao se voltar predominantemente para os programas desenvolvimentistas definidos pelo governo, especificamente os de desenvolvimento de comunidade⁶¹.

Nos anos 1970, a reflexão filosófica neotomista caminhou para uma perspectiva fenomenológica, em busca de renovação da teoria e prática do Serviço Social, caminhando posteriormente para uma postura dialética. Essa situação leva a uma reflexão sobre a prática profissional, questionando a serviço de quem ela está, do poder ou do povo, levando por sua vez a uma análise política da prática.

(...) Aprender, pois, o sentido político-social do Serviço Social supõe ir além da máscara social através da qual essa prática se apresenta na superfície da vida social; como um mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, dispersa, descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizadas por qualquer pessoa, independente de sua qualificação técnica e intelectual (Iamamoto, 2004, p. 121).

A partir dos anos 1970, o Serviço Social passou a romper com essa sua herança pragmática, procurando se colocar como produtor de conhecimento. No entanto, apesar do avanço em termos de qualidade na construção teórica, o Serviço Social em termos de investigação não tinha ainda conseguido, na medida do necessário, responder as questões emergentes que lhe eram colocadas pela sociedade. Conforme afirmado nesta época por Vieira (1979, p. 46):

(...) O Serviço Social não é composto de habilidades ou atividades apenas; se o fosse, seria simples execução de tarefas; baseia-se sobre conhecimento de ciências diversas, de uma teoria e de princípios que não somente orientam o “como” das tarefas, mas explicam o “porquê” das atividades.

⁶¹ Segundo Vieira (1989), no Seminário de Araxá, em março de 1967, no de Teresópolis em abril de 1970, bem como nos Encontros Regionais da época havia uma grande preocupação dos assistentes sociais e das escolas em conceituar o Serviço Social de modo a se tornar um meio eficiente de participação no processo de desenvolvimento do país.

Neste período, já percebe-se uma preocupação com os métodos de ensino por parte da ABESS⁶². No entanto, na década de 1970, por efeito da política educacional seguida na esfera estatal, proliferaram faculdades de Serviço Social atreladas aos objetivos de comercialização do ensino, formando profissionais enfaticamente como mão-de-obra para o mercado, em prejuízo da formação científica, não ficando a supervisão ausente deste quadro.

A supervisão, por sua vez, era definida como ensino prático, no qual o supervisor era considerado como “professor da prática”. A relação teoria e prática encontrava-se dicotomizada, tornando-se isso mais evidente quando Vieira a define como “(...) um processo de ensino e de desenvolvimento profissional. Sua finalidade principal é ensinar ao supervisionado como aplicar a teoria do Serviço Social, que aprende em aula e na prática diária do campo de trabalho” (1979, p. 78).

Assim, fica visível que não se constitui em preocupação para Vieira (1979) o estabelecimento de uma relação mais próxima entre universidade e campo de estágio, que resulte na elaboração do diagnóstico educacional e do plano de estágio. Também não é apontada de que maneira a experiência de estágio será acompanhada pela academia e quais as formas de contato que serão estabelecidas. Isto vem, conseqüentemente, fragilizar o processo educativo, no qual separam-se os dois espaços: o espaço da teoria (campo acadêmico) e o espaço da prática (campo institucional).

Acredito, contudo, que teoria e prática guardam especificidades enquanto momentos diferenciados, mas constituem-se enquanto unidade indissolúvel, enquanto movimento, processualidade que se expressa na prática social.

A realização do estágio, conforme já abordado, se encontra presente desde o surgimento da profissão como uma exigência curricular para a graduação do assistente social. Assim, a supervisão de estágio é realizada em função dele, sendo, portanto o seu objetivo a formação profissional.

⁶²Um marco em sua história é a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Disponível em: www.abepss.org.br, acesso em 02/12/2009.

No entanto, o processo de supervisão construído na década de 1970 mostrou-se a-histórico, pois não se refere à conjuntura no qual é traçado e às suas determinações. Pois não contempla as contradições inerentes à sua inserção tanto no espaço institucional, quanto no processo de trabalho do Serviço Social, limitando-se a apresentar-se enquanto método de ensino. Mostra-se acrítico na medida em que não se reporta à sua construção, à sua vinculação ao aparelho de Estado, não questionando as implicações daquela orientação. No entanto, assim como destaca Iamamoto (2004, p. 195):

(...) Pensar a Profissão não exige apenas detectar as determinações de sua inserção na sociedade. Implica, ainda, identificar as raízes teóricas de que e caudatária, que vem informando certas óticas de leitura da Sociedade e do exercício profissional. Implica, pois, recuperar algumas características da herança cultural e intelectual que vem plasmando o discurso profissional e a compreensão da prática do Serviço Social.

Na década de 1970 a supervisão apresentava-se enquanto método de ensino, com ênfase no processo ensino e aprendizagem, analisada de forma endógena, sem trazer para o debate o próprio processo de estágio, a instituição no qual ele se realiza, o projeto de formação profissional ao qual está atrelado e o processo de trabalho do Serviço Social.

Em fins da década de 1970 e início de 1980, a formação profissional do assistente Social começou a ser questionada no quadro geral da sociedade brasileira, com a rearticulação e surgimento de novas políticas, em cujo contexto se destaca o movimento de redemocratização. Buscou-se, neste momento, novas teorias e novas alternativas de prática, propondo-se um compromisso com as camadas populares, o que veio a exigir um novo projeto de formação profissional.

(...) Nas lutas encaminhadas por diversas organizações nesse processo de transformação, um novo projeto de sociedade se esboça, se constrói e se difunde uma nova ideologia. Inserida neste momento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórico e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classes. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e conseqüentemente de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (Código de Ética Profissional do Assistente Social, 1986, p. 01)

Assim sendo, defende-se que a melhor formação profissional não é aquela que fornece as fórmulas ou instrumentos de ação, “o saber fazer”, mas aquela que possibilita uma visão globalizante da sociedade, uma reflexão crítica da realidade e, ao mesmo tempo, face à realidade. A formação pautada por esse pressuposto capacita o profissional a compreender o processo histórico, a realidade estrutural, o contexto institucional, como também o prepara a fazer opções e atuar de forma consciente e comprometida.

O currículo de 1982 demarcou não só a introdução da pesquisa no currículo mínimo, como também a reorientação do projeto de formação profissional sob novas diretrizes. Nesse sentido a ABESS se pronuncia, quanto à formação profissional pretendida a partir da reformulação curricular⁶³.

Como podemos perceber, no que tange à construção de propostas de ensino para o curso de Serviço Social, esta se dá a partir da visão que se tem da sociedade e da concepção que se tem do assistente social e do seu trabalho. É a partir desta concepção que veio sendo determinado qual perfil de profissional se desejava formar e para onde deve se orientar as suas ações.

Assim, na década de 1980, evidenciou-se no interior da profissão e no processo de revisão curricular, coordenado pela ABESS, uma diversidade de posições quanto aos vínculos do projeto profissional com projetos societários, mas que reafirmam a dimensão política da prática em conformidade com as diretrizes curriculares da década de 1980 e o Código de Ética de 1986, considerado referência do processo de renovação profissional e cuja direção social defendida vincula-se aos interesses da classe trabalhadora.

A discussão do processo de supervisão, que antes se caracterizava como endógena, a-histórica e a-crítica, nos anos de 1980 vai se situar de forma mais orgânica no debate da formação profissional e no processo de trabalho do Serviço Social⁶⁴, uma vez que o novo currículo busca realizar a junção teoria e prática.

⁶³ Avanços relacionados à reforma curricular então implementada. O novo currículo mínimo (aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do parecer 412/82 de agosto de 1982). In: PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Política Educacional e Serviço Social, São Paulo: Cortez, 1986.

⁶⁴ No currículo de 1982, (...) considera-se que a formação profissional de Serviço Social tem como referência básica o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da

As discussões sistematizadas nos anos de 1980, acerca do processo de supervisão, revelam a tentativa de romper com as práticas tradicionais e, seguindo o mesmo movimento de intenção de ruptura que aflora na profissão nesta década, buscam reorientar as práticas de estágio e de supervisão que favoreçam a formação de um novo perfil profissional, mais crítico e comprometido com a população usuária.

(...) Tem-se aqui o perigo de ressuscitar velhos equívocos frequentes no movimento de reconceituação: a prática nas 'instituições oficiais' tida como necessariamente “conservadora”, em oposição àquela nos organismos populares, vista como necessariamente “revolucionária (Iamamoto, 2004, p. 109).

Neste momento, a pretensão que se teve foi de se criar espaços de estágios mais apropriados à aprendizagem de um novo fazer profissional, que conseqüentemente vai gerar algumas contradições para o processo de formação profissional e que terão rebatimentos no estágio, pois, privilegiam-se a prática profissional para os movimentos populares, referindo-se a prática institucional como prática tradicional.

Essa tendência vai encontrar suas motivações na proposta de Serviço Social Alternativo divulgado pelo CELATS⁶⁵, e criticado por Yamamoto:

(...) O alternativo é, pois, o que levanta o “projeto popular” em relação ao projeto que é hoje dominante. A profissão só pode se propor como alternativa, portanto, na medida em que articular, facilitar e reforçar o desenvolvimento desse projeto social organizado em torno dos interesses populares, como convocatória de nova hegemonia. Os profissionais tornam-se alternativos quando sua prática se torna orgânica ao “projeto popular alternativo”. Em suma, o alternativo é o projeto popular (2004, p. 127).

realidade social. (...) Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. (...) Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situe no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. Nesse sentido, a formação acadêmica pressupõe:

- 1) Um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade;
- 2) Um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esse sistema, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas. (Parecer nº 412/82 do CFE, aprovado em 05 de agosto de 1982).

⁶⁵ Esta discussão ocorreu no Seminário Nacional sobre o Projeto Pedagógico do Serviço Social promovido pela ABESS e no Seminário Latino-Americano sobre “El Proyecto Pedagógico em Trabajo Social” realizado em Natal (RN) de 17 a 21 de outubro de 1988.

Sendo as instituições públicas e privadas os principais empregadores do Serviço Social, é interessante “saber” se houve alguma construção de alternativas para as contradições presentes nestes espaços institucionais, pois, relativamente, é através dessas instituições que o Serviço Social realiza o seu processo de trabalho. No entanto, não estou tratando sobre a construção de alternativas, no sentido de adaptar ou de ajustar o Serviço Social aos limites institucionais ou às suas possibilidades reais, mas a partir dos embates sobre a sua requisição e atribuição, que os assistentes sociais se deparam nas instituições, encontra-se como demanda para este profissional a ultrapassagem das práticas limitadas às demandas e requisições institucionais, encaminhando prioritariamente suas ações para o atendimento das demandas dos usuários.

Ao se realizar no espaço institucional, o estágio, neste período, acaba por se apresentar como uma prática ultrapassada, que não corresponde às expectativas de atuação do estagiário. Isto decorre do desconhecimento não só das contradições do espaço institucional, das condições de trabalho do assistente social, da proletarização da profissão, como também não se tem o conhecimento das dificuldades que existem para se construir mediações necessárias à proposição de alternativas interventivas em conformidade com o referencial teórico marxista.

(...) as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (Harvey, 1994, p. 140).

A sociedade brasileira, no transcorrer dos anos 80 e 90, é marcada por transformações advindas do processo de reorganização do capital, que trouxe mudanças substanciais e aceleradas, que ocasionaram impactos significativos para o mundo do trabalho.

Cabe enfatizar, também, que nesse processo de organização do capital, a supervisão de estágio também “deve” ter sofrido uma dupla interpretação.

Primeiro a de supervisão de serviço, no sentido da execução e a segunda como algo que estava ligado a requisição para a formação profissional do assistente social

Portanto, não tem como discutir as configurações do processo de supervisão como parte integrante do processo de trabalho do assistente social sem nos remetermos às mudanças ocorridas na esfera da produção e na regulação social, que decorrem de um fenômeno mundial que trouxe conseqüências perversas para os países chamados “subdesenvolvidos”, como o Brasil. Conforme já visto, tal fenômeno é um processo que se gestou nos anos 70 e 80 em vista do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista que se intensificou nos anos 90.

A reorganização do capital que então se processava impulsionou e requisitou uma reorganização social e política que favorecesse a consolidação do seu novo modelo e que garantisse a manutenção e fortalecimento dos padrões de acumulação. Constituí-se assim um novo regime de acumulação, definido por Harvey como “acumulação flexível”:

(...) A “acumulação flexível”, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (1994, p. 140).

Assim, para refletir sobre as condições de existência da supervisão em Serviço Social, obrigatoriamente se faz necessário situar historicamente o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, para apreender tanto o seu significado social, como também uma outra concepção de profissão, distinta daquela que predominantemente emerge da prática profissional.

Sendo assim, as transformações societárias, as novas requisições sociais, as alterações no mundo do trabalho e na esfera da regulação social vão trazer

novos desafios ao profissional de Serviço Social. Estes impulsionaram a profissão a refletir sobre a construção de um Projeto Ético-Político profissional que se empenhasse na busca de alternativas e estratégias de enfrentamento e resistências frente ao projeto neoliberal, entendendo, no entanto, que este extrapola os limites de um projeto de formação profissional. Constituiu-se enquanto um projeto da categoria profissional a construção e solidificação de ações que viabilizassem o compromisso assumido pela “(...) defesa da democracia, enquanto socialização da participação e do poder político e da riqueza socialmente produzida numa defesa intransigente da cidadania, buscando ampliar e garantir os direitos civis, sociais e políticos”.⁶⁶

Este projeto se desenvolveu no espaço acadêmico, nos espaços de intervenção profissional, nos órgãos representativos da categoria, no movimento estudantil, nos fóruns e conselhos, nos grupos de trabalho, etc. A partir disso, iniciou-se um processo de revisão curricular que se consolidou em 1996 com a aprovação das novas diretrizes curriculares da ABESS⁶⁷ para o curso de Serviço Social, que tem como objetivo a formação de profissionais capazes e qualificados do ponto de vista teórico, técnico e político, para contribuir na formação de uma nova ordem social, contra o projeto neoliberal e suas configurações capitalistas, em busca da universalização dos valores democráticos e igualitários.

A partir da diretriz curricular implementada pela ABEPSS⁶⁸ em 1996, consolidou-se no processo de formação e no exercício profissional do Serviço Social uma postura que tem procurado interferir na reprodução do trabalho, tanto na dimensão material, como sociopolítica e ideocultural, buscando reconstruir as relações sociais mediante as ações que desenvolve. Esta retraduziu valores ético-

⁶⁶ Esta afirmação encontra-se expressa na parte dos princípios fundamentais da atuação profissional contidos no atual Código de Ética Profissional instituído em 1993, fruto da necessidade de se aprimorar o Código de 1986.

⁶⁷ O documento foi produto de um amplo debate realizado pelas unidades de ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, ocorrida em Londrina- PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº412, de 04/08/1982 e Resolução nº 06 de 23/09/82). In: Coletânea de Leis e Resoluções. Assistente Social: ética e direitos. 4º ed. – Rio de Janeiro: CRESS 7º Região.

⁶⁸ Esta se constituiu a partir da união da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), mediante o entendimento de que o processo de revisão curricular exigia uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências da contemporaneidade.

políticos que contribuíram para a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e da democracia.

Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em auto-qualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área (Iamamoto, 2005, p. 51).

Estas mudanças se realizaram não apenas pela vontade política dos profissionais, mas também foram geradas por força do contexto social, político e econômico. A própria sociedade capitalista reconstrói o seu modo de organização e, conseqüentemente, um conjunto de novas configurações e demandas para a atuação profissional do assistente social.

A supervisão de estágio apresenta-se aqui como condição necessária para o fortalecimento social da profissão, visto ser o estágio elemento necessário ao processo de formação profissional e estando a ele condicionado, ou seja, sem estágio e sem supervisão não há formação profissional. Constituindo-se como um dos princípios e diretrizes da formação profissional contidos nas Diretrizes Curriculares de 1996 “(...) a necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio”.

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993) (ABEPSS, 1996, p. 21 - 22).⁶⁹

Após este breve histórico da supervisão de estágio no âmbito da formação profissional, enfocarei agora a reflexão sobre a supervisão como parte do processo

⁶⁹ A diretriz curricular formulada pela ABEPSS em 1996 concebeu o Serviço Social como uma das formas de especialização do trabalho coletivo e como parte da divisão sócio-técnica do trabalho. Assim, originou o resgate da prática profissional como trabalho e do exercício profissional inscrito em processos de trabalho.

de trabalho do assistente social. Para tanto, é necessário deixar clara a minha concepção de supervisão.

Entendo por supervisão o processo de ensino/aprendizagem, constituinte do processo de trabalho do Serviço Social, que se realiza a partir dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, no âmbito da sua inserção nos espaços de atuação profissional, sob a orientação direta do profissional de campo em permanente relação com a unidade de ensino. Tal processo objetiva contribuir para instrumentalizar os futuros profissionais para atuação frente às expressões da questão social, desenvolvendo formas de enfrentamento, seja na esfera da proposição, na criação de estratégias de ação, na formulação de políticas sociais; seja na gestão e execução de políticas e programas sociais; seja na operacionalização destas mesmas políticas, bem como favorecer que sejam desenvolvidas ações para valorizar a dimensão investigativa, elemento essencial ao desenvolvimento do processo de trabalho do assistente social.

Conforme destaca Buriolla (2003) a supervisão não é algo privativo do assistente social, ela também é utilizada por outras categorias profissionais. A autora destaca que isto implica que a análise do processo de supervisão seja realizada a partir de três enfoques: o administrativo, o operacional e o educativo⁷⁰.

Assim ao tratar a supervisão de estágio como parte do processo de trabalho do assistente social, levando em consideração o processo histórico percorrido pela profissão, vejo que a supervisão defrontou-se com processos ideológicos e com mudanças nos processos sociais, nos quais o papel de supervisor nem sempre foi o mesmo. Compreendo assim que a supervisão, bem como o trabalho do assistente social, não podem ser pensados de forma isolada, pois ambos encontram-se inseridos em um contexto histórico, marcado por aspectos políticos, econômicos, sociais e religiosos, particular a cada momento histórico vivido pela profissão.

⁷⁰ **Administrativo** – A supervisão é considerada como o processo pelo qual se estabelece um método adequado ao controle de serviços, com vista ao aperfeiçoamento profissional. Esta supervisão está ligada a tarefas administrativas e a melhor prestação de serviços. Para tanto, são acionados mecanismos de controle e de treinamento.

Operacional – A supervisão é vista como um processo operativo, quando se realiza diretamente na área do agir, do fazer profissional. Nessa perspectiva, são empregados meios didáticos específicos para o alcance das metas desejadas na ação propriamente dita.

Educacional – Aqui, a supervisão está relacionada ao processo educacional, portanto, ao ensino e à formação profissional; aos processos pedagógicos e aos programas de ação educacionais. Esta supervisão exige uma sistematização constante da “matéria prima” que vai sendo trabalhada, analisada no decorrer do processo de ensino- aprendizagem.

A situação sócio-político-cultural brasileira (universo social ligado ao modo de produção capitalista, e as ampliações de expectativas e de compromissos assumidos pelos profissionais que trabalham com as questões da sociedade), que de certa forma, tem determinado o modo de ser do Serviço Social, trouxe exigências ao nível teórico que explicam o fato de a supervisão ter ficado estagnada e não ter feito um avanço, tanto em sua produção, quanto em sua execução, a um nível real, viável, adequado às exigências atuais, bem como as exigências de uma práxis social (Buriolla, op.cit, p. 25-26).

Considero que a supervisão vem sofrendo os mesmos rebatimentos que a profissão, na atualidade, devendo ser revista a concepção de estágio presente nos projetos pedagógicos que norteiam e orientam o processo de supervisão, organizando-se de forma a contemplar e enfrentar os desafios colocados ao Serviço Social, como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, conforme já abordado anteriormente.

Sendo assim, compreender a supervisão como parte do processo de trabalho do assistente social na atualidade, me revela alguns desafios. O primeiro deles é compreender e analisar, a partir da categoria processo de trabalho, o trabalho profissional e o exercício da supervisão. Isso pressupõe considerar como o Serviço Social está organizado, qual o tipo de inserção que tem no espaço sócio-institucional e como o processo de supervisão, a partir dele, se configura na contemporaneidade.

O segundo desafio diz respeito ao rompimento com a prática da supervisão que se organiza de forma assistemática e que não é privilegiada na organização do processo de trabalho do Serviço Social, antes figura enquanto “sobretabalho”, alheia às atribuições profissionais e realizada tão somente de forma assistemática e desprivilegiada no fazer profissional.

Além disso, cabe destacar a dicotomia entre teoria e prática no fazer profissional dos assistentes sociais, bem como dificuldades para o exercício da supervisão de estágio dentro do campo institucional, a partir da utilização do estagiário enquanto mão-de-obra barata e do não entendimento do empregador sobre as atribuições do Serviço Social frente ao estágio e à supervisão⁷¹.

⁷¹ Estas questões se referenciam nos resultados da pesquisa realizada em 2007, com os supervisores de estágio das instituições campo de estágio conveniadas com o curso de Serviço Social da Unigranrio (Universidade do Grande Rio), no segundo semestre de 2006.

Portanto, parto da consideração sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da inserção do assistente social na divisão social do trabalho, como trabalhador assalariado, conforme já explicitado nas discussões anteriores. Porém, considero que para entender essas novas configurações do processo de supervisão de estágio em Serviço Social e os limites institucionais que lhe são colocados, devemos nos remeter a própria discussão de Buriolla (2003), em que a mesma, inicialmente, analisa a supervisão a partir de três; o educativo, que comporta a dimensão pedagógica, voltada para o projeto de formação profissional; a supervisão administrativa com a dimensão do controle do processo de trabalho; a Supervisão operacional que, no referente ao estágio de Serviço Social, é atravessada por objetivos diferenciados que acompanha a lógica da academia, que está voltada para a produção de conhecimento, e a lógica das instituições que se constituem em campo de estágio, que é a prestação de serviços.

Neste sentido, é a partir destas duas lógicas que iniciarei a minha análise, buscando entender as tensões existentes e que implicações estas trazem para a organização do processo de supervisão na atualidade.

Portanto, conceber a formação profissional a partir da consideração que tanto o projeto de formação profissional quanto o processo de trabalho do Serviço Social são atravessados e informados pela realidade social, requer que se abandone a concepção profissional meramente operativa e técnico-instrumental, pois, de acordo com o que vem expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996 e 1999, a supervisão de estágio deve se dar para além do ensino de técnicas, ou seja, ao “saber fazer”, levando o aluno estagiário ao conhecimento teórico-metodológico, numa vertente crítica que permita ao mesmo a compreensão da realidade social no seu movimento estrutural e conjuntural.

Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Assim, encontra-se como um dos princípios da formação profissional o estabelecimento das dimensões investigativas e interventiva, estando como condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade.

Deste modo, entendo que a informação teórica e metodológica que forma o profissional, somente atualiza os seus conhecimentos sobre os seus objetivos, a

sua história, o contexto em que se situa o conhecimento da vivência de indivíduos e grupos que vêm a se integrar com a modalidade prática da ação. Esta, por ser mediatizada pelo trabalho, circunscrito como fazer profissional, potencializa um conhecimento novo, ao se objetivar por um conjunto de atos que transformam as idéias e finalidades em um produto objetivo.

O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de idéias e concepções de mundo, isto é, *de formas de pensar a vida real*. O ser que trabalha *constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar*, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando tendo em vista a consecução de fins proposto pelo sujeito na criação de objetos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso (Iamamoto, 2008, p.42).

De acordo com Marx (2006), trabalho é algo que só o homem pode realizar, por conta da sua capacidade teleológica de pensar. É através do trabalho que o homem transforma a sociedade e a si mesmo, mediante a sua condição de ser histórico. Para Marx o trabalho é a categoria fundante do ser social, pois a consciência da relação do homem com a sociedade, ou seja, com a sua história, está diretamente relacionada com o desenvolvimento de sua capacidade em fazer esta história, sendo breve, pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Para Yamamoto (op.cit) o trabalho é uma atividade orientada para um fim, ou seja, a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas. Contudo, a autora ressalta que o trabalho é também criação de novas necessidades e, neste sentido, um ato histórico.

Portanto, parto da concepção do Serviço Social como trabalho, uma vez que a força de trabalho do assistente social encontra-se como uma mercadoria que, ao ser apropriada pelo capital, o valoriza por constituir-se como parte do trabalho coletivo. No entanto, encontra-se como dilema e desafio para o assistente social superar esta contradição. Esta em consequência desta dinâmica contraditória em que opera o trabalho do Serviço Social que tem, por um lado, as exigências do capital, e, por outro, os requerimentos dos trabalhadores.

Assim, considero a supervisão como um processo de construção de conhecimento, partindo de uma atividade coletiva, que tem por objetivo descobrir aspectos positivos e negativos para a correção dos planos de execução do

trabalho, bem como um espaço de reformulação de formas mais adequadas da ação profissional, pois no projeto ético-político profissional do Serviço Social⁷², encontra-se presente que a categoria tem o seu exercício norteado pelo compromisso com a classe trabalhadora, seguida de uma perspectiva de transformação. Esta exige uma ação sistemática, que vem a conduzir a sua prática profissional com a unidade indissolúvel entre teoria e prática, entendendo esta como elemento essencial para compreender, extrapolar a realidade institucional na qual se insere o assistente social e se ter uma visão ampla do contexto sócio-histórico.

Imantados pelo movimento histórico que determina as particularidades que a instituição Serviço Social vai adquirindo nesse processo, o significado sócio-político, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas de intervenção não são elementos imanentes ao modo de ser e de constituir do Serviço Social. Antes são determinações sócio-históricas externas à sua constituição, engendradas pela dinâmica do processo histórico que, em última instância, independem da opção teórica ideológica do assistente social, mas somente em última instância, já que as metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elementos fundamentalmente necessários à objetivação das ações profissionais, compõem o projeto profissional. Este coloca-se, inicialmente, a partir de necessidades a serem satisfeitas para as quais os agentes estabelecem finalidades, definem meios mais adequados, determinam o modo de operar (Guerra, 2002, p.169).

A análise colocada por Guerra (op.cit) demonstra que se o profissional possuir instrumentos, não utilizará somente a técnica, o que, conseqüentemente, trará a possibilidade de uma ação crítica em seu processo de trabalho, pela utilização do instrumental requerer-lhe o reconhecimento da finalidade de sua ação e da reflexão sobre as formas de alcançar os objetivos do seu fazer profissional, que tem como perspectiva perceber as partes das conexões que se estabelecem entre razão e realidade.

Guerra (op.cit) nos leva à reflexão de que a instrumentalidade no processo de trabalho do assistente social não deve estar pautada especificamente na utilização de instrumentos e técnicas, que são necessários e utilizados em qualquer trabalho, através dos quais os profissionais podem efetivamente objetivar suas finalidades em resultados profissionais previamente idealizados. A

⁷² Este projeto iniciou sua construção na transição da década de 1970 para a de 1980. Esta se deu a partir da organização da categoria profissional, junto com suas organizações: CFESS/CRESS, a ABEPSS, a Enesso, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

instrumentalidade apresentada pela autora, refere-se à capacidade, à qualificação ou propriedade de conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos que fundamentam a profissão de Serviço Social.

Assim, a teoria deve estar vinculada às necessidades práticas; a teoria é prática na medida em que determina as ações como guia da ação, ao esclarecer os objetivos, as possibilidades, o conhecimento da realidade social e as forças sociais (Buriolla, 2006).

A teoria se materializa na prática a partir do caráter instrumental das ações profissionais. Para Guerra (2002) a instrumentalidade fundamenta a razão de ser do Serviço Social como campo de mediação e como referenciais de novas direções. Através da mediação fundada no pensamento dialético, busca-se reconstruir o movimento do real e construir cognitivamente as conexões entre o universal e o singular.

De acordo com Pontes (2002), mediar consiste em estabelecer as relações entre as grandes determinações sociais e as suas formas de expressões singulares no contexto particular dos complexos sociais. Implica revelar as questões imediatas que recobre cada singularidade com sua complexidade. Esta perspectiva metodológica, fundamentada na dialética do singular-universal-particular não está limitada apenas à dimensão cognitiva, pois ao articular conhecimento e ação, relaciona-se também à intervenção profissional.

A mediação como categoria intelectualiza permite, mediante um impulso do real, à razão construir categorias para auxiliar a compreensão e ação profissionais. Para a superação da dicotomia teoria-prática – tão ao gosto das formulações positivistas e neopositivistas que ainda encontram amplo suporte na prática profissional do assistente social, bastando verificar a alta credibilidade do dito “a teoria na prática é outra...”- necessário se faz retomar, no plano metodológico da dialética, como se processam as mediações entre teoria e prática e vice-versa (Pontes, 2002, p.165).

Neste aspecto, procura-se superar os resíduos da oposição de idéias entre teorismo e pragmatismo, que historicamente estão vinculados à profissão.

Segundo Faleiros (2000), há um esforço para que a reforma curricular atual venha a ultrapassar o teorismo, articulando teoria e prática (e não voltando

ao praticalismo⁷³), enfrentando a questão da especificidade da intervenção do Serviço Social na sociedade capitalista contemporânea, num processo vivo e dinâmico de aprendizagem, desenvolvimento de pesquisa e efetividade das ações nas questões e situações da profissão.

Assim, imbuída por essa atitude de busca de superação da dicotomia entre teoria e prática, tomei como referência a forma como que vem se dando a articulação entre teoria e prática no momento de supervisão dos estagiários, pelos supervisores entrevistados. Percebi, na pesquisa de campo, que esse é um problema que ainda persiste dentro da categoria profissional, e que a relação entre teoria e prática se encontra descolada não somente da supervisão, mas do próprio fazer profissional desses assistentes sociais, uma vez que a maioria dos entrevistados visualizava essa relação somente em encontros e reuniões. Nas entrevistas realizadas, houve supervisor que relatou que está faltando “teoria em sua prática”. As respostas dadas à pergunta sobre como se dá a mediação entre teoria e prática no momento de supervisão a confirmam esta afirmativa:

A teoria em si, eu acho que está faltando. Tanto é que nas últimas reuniões a gente tá pedindo para o estagiário trazer {textos para discussão}, e a gente também está trazendo (Entrevistado 1. Pesquisa de campo, em 30/09/2009).

Isso acontece muito quando é reunião de grupo, com todos os cinco estagiários, ou quando algum assunto envolve a opinião de cada um. (Entrevistado 4. Pesquisa de campo em 07/10/2009).

Além disso, me deparei com o depoimento de um supervisor que mencionou que o estagiário não possuía dúvidas de como atuar, o que ele não sabia era como funcionava a instituição. É o que se vê no trecho do depoimento abaixo transcrito:

Não existem dúvidas de como atuar, existem mais dúvidas de como é aqui na instituição, de como as coisas funcionam. A maior dúvida são como os projetos são implantados, quais os procedimentos para determinadas situações (Entrevistado 6. Pesquisa de campo, em 14/10/2009).

⁷³ Este se refere à ação do serviço social nos moldes conservadores, se referenciando somente nas questões imediatas da prática profissional.

Embora eu tenha utilizado uma pequena amostra na minha pesquisa, estas posturas apresentadas confirmam a minha hipótese sobre a dicotomia entre teoria e prática que se encontra tão presente na profissão, bem como os desafios para a sua superação, sendo um deles a sua reprodução nos campos de estágio. Isto não deveria ocorrer, pois, na atualidade, temos um projeto de intervenção e de atuação profissional, que se respalda no Projeto Ético-Político consolidado na década de 1990. Não obstante, 50% dos entrevistados haviam se formado com base nas novas diretrizes curriculares de 1996 e 1999, como apontado no terceiro capítulo.

Conforme exposto, o Serviço Social no Brasil, especificamente na década de 1990, passou por questionamentos em relação aos seus pressupostos epistemológicos e metodológicos. Um dos efeitos mais produtivos desse processo é a busca de superação dos impasses identificados, como o da articulação entre teoria e prática.

Contudo, considero que para isso é ainda necessário que o profissional de Serviço Social tenha clareza sobre o respaldo filosófico que orienta e norteia tanto a sua formação profissional, como a sua atuação profissional. Ambas devem ser fundamentadas pelo Projeto Ético-Político e pelas diretrizes curriculares de 1996 e 1999 da ABEPSS. Essa posição se fundamenta na base filosófica do materialismo histórico dialético, que vê o homem indissociável do seu corpo e mente e constituído nas e pelas relações sociais, processo no qual a sua consciência é construída a partir de sua atividade concreta sobre o meio e materializada na sua linguagem. Essa é a sua diferença com relação aos outros animais, pois produzem seus meios de subsistência através do trabalho, o que sempre irá implicar na utilização de suas capacidades físicas e mentais, como já apresentado no primeiro capítulo.

Com base nesses pressupostos, pode-se definir a prática como a ação concreta sobre o meio, e a teoria como sistematização de aspectos que se encontram na realidade. A articulação de ambas pode ser considerada como um processo de reflexão entre as questões que se apresentam na realidade concreta e os princípios conceituais organizados pelas teorias. Assim, ao partir da análise do Serviço Social como trabalho, compreendo que toda atividade que é realizada pelo assistente social implica na relação entre teoria e prática. Entretanto, essa posição depende da profundidade e abrangência dos conhecimentos adquiridos no

processo de formação profissional, do contato com a realidade concreta e do hábito de confrontar as teorias com a realidade apresentada.

Para tanto, a formação profissional deve ser orientada por um corpo teórico que direcione o ensino do Serviço Social, de forma que leve o aluno a uma visão ampla sobre o ser social, a realidade em suas dimensões sócio-histórico-cultural e a apreender as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social.

No que diz respeito à relação entre teoria e prática, esta deve ser explicitada e direcionada para se efetivar durante as aulas, no estágio e na atuação do profissional. Com isso, irá se desenvolver uma atitude reflexiva no aluno e no profissional, pelo confronto constante que ele irá fazer sobre o conteúdo curricular estudado e os fatos concretos que estão ocorrendo no âmbito da atuação do Serviço Social e na esfera mais ampla das relações sociais, políticas e econômicas.

Considero, portanto, o estágio e a supervisão como componentes básicos para o processo de ensino e aprendizagem e que contribuem decisivamente para uma proposta específica de formação profissional direcionada pelo Projeto Ético-Político e pedagógico do curso de Serviço Social. Contudo, no que diz respeito a articulação entre teoria e prática, percebo que ela não deve se dar somente no estágio. Esta articulação deve se situar também em outras disciplinas que compõem o currículo do curso de Serviço Social, sejam elas de estágio ou não. Esta posição, a meu ver, contribui para romper com a dicotomia entre teoria e prática, ainda tão presente na profissão.

Sendo assim, a realidade do curso de Serviço Social da PUC-Rio mostra que o seu projeto pedagógico é composto por um núcleo de saberes e disciplinas, cujo conteúdo indica o que deverá ser trabalhado e transmitido no decorrer da formação. Um dos aspectos a ser considerado é o período em que os alunos devem ser inserir nos campos de estágio, que no caso da PUC-Rio se inicia no terceiro período da graduação. Este fato me levou a diversas indagações, tais como: será que o estagiário vem tendo preparo em termos éticos para se inserir no campo do estágio? Será que já havia estudado sobre as técnicas de intervenção do Serviço Social?

Essa posição tomou como base as modificações ocorridas na profissão, bem como a própria formação profissional do assistente social nos anos de 1990,

em vista da implementação do Código de Ética de 1993 e das novas diretrizes curriculares de 1996. Ao analisar o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da PUC-Rio, percebi que não se encontra na grade curricular, até o terceiro período da graduação, disciplinas que discutam ética profissional e a própria instrumentalidade do trabalho do assistente social, o que, a meu ver, deixa lacunas para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão. No entanto, acredito não ser esta uma característica exclusiva da PUC-Rio⁷⁴.

A trajetória da profissão de Serviço Social, já delineada anteriormente, mostra que sua origem pautou-se, por muito tempo, em princípios e ideais filosóficos humanitários e religiosos, que levou à efetivação de um trabalho “alienado”. Essa posição conservadora em que a profissão estava engendrada é vista em seus códigos de ética até a década de 1980.

Por isso, temos, na atualidade, um direcionamento a ser seguido que se pauta no Código de Ética de 1993 e nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999, que traz consigo conhecimentos para uma reflexão ética⁷⁵, com base na democracia e na liberdade como pressuposto fundamental para a construção de uma nova ordem societária que se oponha à discriminação e à exploração do próprio sistema capitalista, bem como do processo de socialização. É necessário, portanto, que o estagiário tenha o conhecimento sobre estas contradições antes de se inserir no campo de atuação profissional. Isto expressa um compromisso com a população usuária com quem irá se deparar nas instituições, embora ele não se encontre na condição de trabalhador.

Dessa forma, o estágio não se reduz somente a um campo de treinamento da prática, nem tampouco a um espaço de relação teórica e prática, mas como um espaço onde a reflexão possa se realizar. Esse processo deve se dar a partir da interação entre unidade acadêmica e unidade campo de estágio, visto que ambos fazem parte do processo de formação profissional, do qual a supervisão é inerente:

⁷⁴ Esta afirmativa está baseada na pesquisa realizada para esta dissertação, quando participei dos fóruns de discussão da categoria no que se refere à formação profissional e, em especial, ao processo de estágio e supervisão. Como por exemplo, o Encontro ABEPSS/Colegiado Leste, que ocorreu em 1º de junho de 2009, que uniu representantes de cursos de Serviço Social de universidades públicas e privadas.

⁷⁵ A Ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade (Vázquez, 2008, p. 23).

(...) o estágio deve estar pautado por um contrato tripartite entre professor, o estudante e o supervisor de campo, com o planejamento da ação, o detalhamento do processo de execução e a avaliação dos resultados. [...] o projeto de estágio deve ser o produto síntese desse processo que daria conta do domínio da especificidade do campo da problematização teórico-metodológica do mesmo e da intervenção propriamente dita (Faleiros, 2000, p.171).

Portanto, defendo que o processo de formação profissional reivindica minimamente a participação de três agentes: o professor, o supervisor e o supervisionado, ou seja, a formação da tríade: universidade x corpo discente x campo de estágio, mediante a articulação supervisores de estágio das instituições campo de estágio, dos supervisores das instituições acadêmicas e dos alunos estagiários.

(...) O supervisor constitui o elo privilegiado da relação entre instituição/campo de estágio e o processo de ensino, cabendo-lhe o acompanhamento cotidiano do aluno no âmbito da dinâmica institucional, apoiando-o no exercício das atividades de estágio, subsidiando-o na análise e enfrentamento das estruturas e relações de poder, das políticas institucionais, no reconhecimento do público-usuário, inserindo-o na rede de relações intra e interprofissionais. Em síntese, cabe ao supervisor contribuir com o aluno na particularização da problemática que envolve a ação profissional no tocante às especificidades dos organismos institucionais, o que exige uma aproximação ao projeto acadêmico-pedagógico do curso e, em especial, às orientações adotadas no ensino da prática (Iamamoto, 2004, p. 206).

Essa relação entre unidade acadêmica e unidade campo de estágio é um dos eixos principais deste estudo, traduzido na resposta dos supervisores das unidades campo de estágio que foram entrevistados, no momento em que perguntei como se dava essa relação, bem como na análise do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da PUC-Rio. Os supervisores mencionaram que não possuem essa relação com a unidade de ensino e que esta não vem acompanhando o processo de ensino-aprendizagem do aluno estagiário no campo de estágio. Este acompanhamento se dá somente em fóruns de supervisores, o que alguns dos supervisores entrevistados consideraram ser uma relação burocratizada. É o que se observa em alguns dos relatos abaixo:

A PUC tem a reunião de supervisores uma vez por semestre, que no início nós discutimos muito com a PUC por ser uma coisa muito burocrática, quando poderia ser mais diálogo (Entrevistado 5. Pesquisa de campo, em 09/10/2009).

Na verdade, não é muito constante. Geralmente o estagiário faz um relatório das atividades dele, e depois a PUC me manda um relatório sobre o estagiário para que eu avalie e pontue (Entrevistado 6. Pesquisa de campo, em 14/10/2009).

Também houve relatos de supervisores que sentem falta de contato da Universidade com os campos de estágio:

A PUC? Ninguém nunca me ligou, nunca teve contato comigo (Entrevistado 3. Pesquisa de campo, em 05/10/2009).

Sinto falta da presença do professor no campo, e não é só da PUC não. Eles só vêm aqui quando querem abrir o campo de estágio (Entrevistado 7. Pesquisa de campo, em 17/12/2009).

Assim, ao dar continuidade ao estudo e analisar a política de estágio do curso de Serviço Social da PUC-Rio, verifiquei que embora a supervisão de estágio se encontre presente, devendo ocorrer tanto pela unidade de ensino como pelo supervisor da instituição campo de estágio, não se vê a presença da mesma na fala dos supervisores. Essa posição está presente em sua própria política de estágio, que indica que a supervisão deverá se dar em dois momentos articulados. Por fazerem parte de um projeto de profissão e de formação profissional, deveriam estabelecer uma relação de unidade e não de separação, pois ambas as partes são componentes de um mesmo processo que é fundamental para a formação profissional.

Soma-se a esses questionamentos o próprio desconhecimento dos supervisores entrevistados sobre o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da PUC-Rio e da sua política de estágio, pois 75% dos entrevistados relataram que não possuíam conhecimento sobre os mesmos, conforme demonstra o Gráfico 7:

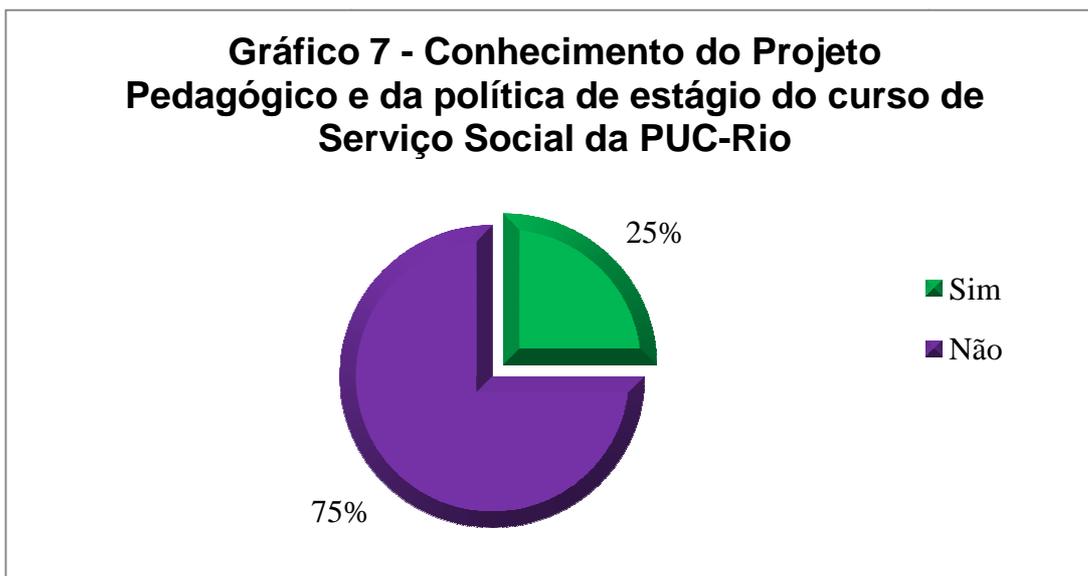


Gráfico 7.

A partir disso, fica a pergunta: como lidar com uma realidade, que aqui se refere à formação profissional do aluno estagiário, sem conhecer a política que direciona a sua formação? Esta posição confirma mais uma vez a minha hipótese de que no estágio e na supervisão, bem como na atuação profissional do assistente social, se encontra presente a desarticulação entre teoria e prática. Em vista disso, questiono, que perfil profissional vem sendo formado na atualidade?

Ao partir da consideração da supervisão de estágio como parte do processo de trabalho do assistente social, entendo as configurações do processo de supervisão em sua totalidade e venho refletindo neste estudo sobre as suas formas e seu desenvolvimento na trajetória da profissão. Do mesmo modo, ao levar em consideração as mudanças ocorridas na profissão no marco contemporâneo e a forma como a supervisão vem sendo tratada dentro do espaço acadêmico, me ocorre outra questão: quais são os papéis do supervisor de estágio em Serviço Social, hoje, ou, quais deveriam ser?

Tal análise parte do entendimento que a supervisão de estágio vem se consolidando como um dos elementos do processo de trabalho do assistente social, e, por isso, o primeiro aspecto que deve ser pensado é a forma que o Serviço Social vem se inserindo na instituição, a organização do processo de trabalho do assistente social supervisor e como o estágio e a supervisão irão se inserir nessa realidade. Considero, assim, que esses se constituem como subsídios para a criação de um projeto de intervenção pela unidade de ensino, em conjunto

com o supervisor da unidade campo de estágio, que venha a seguir os princípios estabelecidos pelas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999 e para a formação profissional do assistente social.

O terceiro capítulo da dissertação mostrou que há mudanças na constituição do Serviço Social, advindas das modificações das relações entre Estado e sociedade civil. O quarto expõe que a maioria dos assistentes sociais entrevistados se encontravam na condição de trabalhador polivalente e que há profissionais que vêm realizando o seu trabalho baseado no ponto de vista técnico-operacional, seguido pela delegação de tarefas por parte da instituição. Estes já são fatores que confirmam a necessidade de um acompanhamento sistemático por parte das instituições acadêmicas. Acompanhamento este que considere tais questões e que, a partir das mesmas, passe a construir estratégias junto aos supervisores da unidade campo de estágio que possam contribuir para superar os impactos que vêm afetando tanto no processo de trabalho do assistente social e, por conseguinte, a supervisão de estágio que se processa nestes espaços.

Esta posição, de certa forma pode contribuir tanto para o resgate e fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que dá o direcionamento ao processo de trabalho do assistente social, como na efetivação dos princípios da formação profissional estabelecidos pelas diretrizes curriculares de 1996 e 1999, favorecendo, assim, ao aluno estagiário, com o aprendizado das três dimensões presentes na formação e na atuação profissional do assistente social: a teórico-metodológica, a técnico-operativa e a ético-política.

O projeto ético político profissional do Serviço Social vem sendo consolidado historicamente, buscando responder às necessidades de posicionamento da categoria diante das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que vêm acontecendo na sociedade. Assim, a formação da capacidade crítica do aluno estagiário sobre as questões vivenciadas e enfrentadas pela profissão é de suma importância, mas, no entanto, a supervisão de estágio não deve se remeter a uma “reprodução mecânica da atividade do supervisor, o que limita a ampliação das possibilidades de crescimento profissional e humano” (Lewgoy, 2009), mas ser considerada um espaço de reflexão, informação e ação que deve se dar entre supervisor da unidade campo de estágio, supervisor da unidade acadêmica e aluno estagiário.

A ação consciente, competente e crítica de alunos, professores e supervisores transforma a realidade pelas reflexões vivenciadas no planejamento e, conseqüentemente, no que é proposto no projeto de ensino do professor ou de trabalho do supervisor e no de aprendizagem do aluno. A articulação entre formação e exercício profissional, tendo como solo a formação e competência profissional, precisa ser potencializada no processo de supervisão de estágio nos espaços sócio-ocupacionais (Lewgoy, 2009, p.174).

Para Lewgoy (op. cit.) as atividades desenvolvidas pela universidade e pelos campos de estágio precisam ser construídas em conjunto, ou seja, mediante a junção entre ambos irá se obter a qualificação do processo de ensino-aprendizagem no âmbito do estágio supervisionado.

A discussão sobre a questão do processo de supervisão na formação profissional do assistente social, ainda requer, que se reflita sobre o entendimento acerca do estágio no processo de formação profissional e qual é a concepção de estágio presente no projeto pedagógico, que norteia e orienta o processo de supervisão. O primeiro entendimento a se considerar é que ela é parte integrante de um projeto de formação profissional, de um projeto de profissão que pretende uma dada intervenção na realidade social. O outro entendimento é sobre o próprio processo de supervisão, visto como elemento integrante do processo de trabalho do assistente social, e não como “sobretabalho”.

Ao tomar como referência a realidade do curso de Serviço Social da PUC-Rio e analisar o seu Projeto Pedagógico, constatei, em sua política de estágio, que o estágio é considerado como um elemento síntese na relação teoria e prática, que deve ser articulado à pesquisa e à intervenção profissional; a supervisão é entendida como um processo de ensino-aprendizagem e como parte da formação profissional. Esta posição acerca do estágio é um aspecto positivo, uma vez que o mesmo não deve ser visualizado como o espaço privilegiado da relação entre teoria e prática, e a supervisão como momento de transferência das questões técnico-operativa da profissão e, ainda, como um sobretabalho, como por vezes ocorre. Ambos podem ser considerados como espaço de conhecimento, reflexão e sistematização, tanto para o aluno estagiário como para o profissional. Espaço que contribui também para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão, conforme já discutido.

Partindo do princípio que a construção do conhecimento é um processo inacabado e que requer constantemente a articulação entre o saber e o fazer da profissão, esta relação, para os supervisores, vem se dando também na supervisão de estágio, o que vem contribuindo para o desenvolvimento profissional e para a reflexão sobre as atividades desenvolvidas na instituição, que, por conta da rotina de trabalho árdua, acaba por não permitir a visualização das contradições presentes. Para os supervisores entrevistados a supervisão de estágio vem funcionando como um espaço de troca e atualização profissional. Isso é o que demonstram os depoimentos a seguir, em resposta à pergunta “a supervisão de estágio contribui para o seu desenvolvimento profissional”:

Muito. Na questão deles mesmos (os estagiários) trazerem a teoria e da gente ter essa troca. Eu acho que contribui muito, porque senão a gente sobrecarrega, porque com essa sobrecarga toda a gente entra no sistema e não olha mais para os lados (Entrevistado 1. Pesquisa de campo, em 30/09/2009).

Sim. Na troca de elementos, na atualização que o estagiário traz com a sua crítica e o seu olhar. Às vezes nós não conseguimos enxergar certas coisas, que até mesmo nós criticamos, e o estagiário nos ajuda nisso (Entrevistado 7 Pesquisa de campo, em 17/12/2009).

Nestas falas se vê, mais uma vez, a presença da dicotomia entre teoria e prática. Os supervisores relatam que o estagiário traz a contribuição teórica e eles trocam com eles a sua experiência prática. Mas, por que há essa posição? Teoria e prática são consideradas unidades indissolúveis da formação e atuação profissional do assistente social.

A resposta à questão formulada aparece na própria trajetória da profissão, na qual se observa que esta separação ocorreu por muito tempo e que, por mais que se tenham avanços na profissão, ainda vem ocorrendo. Posição esta que nem as diretrizes curriculares e nem o Projeto Ético-Político do Serviço Social conseguiram ainda superar.

Quanto à concepção de supervisão, a visão dos supervisores entrevistados difere do que o curso de Serviço Social da PUC-Rio entende por supervisão de estágio. Diversas visões de supervisão foram encontradas como: a supervisão como ajuda para formar o futuro profissional, como troca de experiência, como

trabalho, como aprendizagem da realidade institucional e como dimensão pedagógica da profissão. Vejamos alguns depoimentos:

Eu entendo que, com a supervisão, você está ajudando na formação de alguém, e que, na verdade, também é uma troca (Entrevistado 2. Pesquisa de campo, em 30/09/2009).

A supervisão é fazer o estagiário colocar a mão na massa mesmo, acompanhar, participar e organizar (Entrevistado 3. Pesquisa de campo, em 05/10/2009).

Eu acho que tem a ver com a dimensão pedagógica da profissão (Entrevistado 7. Pesquisa de campo, em 17/12/2009).

É estar orientando o estagiário no primeiro momento como funciona a instituição (Entrevistado 8. Pesquisa de campo, em 22/01/2010).

Na realidade, há uma divergência de posição do que vem a ser a supervisão de estágio, entre o campo de estágio e a unidade acadêmica, o que retrata e confirma a falta de conhecimento do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da PUC-Rio e da sua política de estágio. Esta situação traz, conseqüentemente, uma relação fragmentada entre espaço acadêmico e campo de estágio.

O entendimento do curso de Serviço Social da PUC-Rio, sobre os pressupostos do estágio supervisionado para a capacitação profissional do aluno estagiário, não expressa a discussão ético-política da profissão. Seu posicionamento sobre a elaboração e implementação do plano de intervenção do estagiário, traz como subsídio a articulação da discussão teórico-metodológica e a utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social (Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da PUC-Rio, p. 46). Observei, contudo, que o documento base da Política Nacional de Estágio da ABEPSS traz isso como um dos elementos fundamentais para a inserção do aluno no campo de estágio.

Esta constatação reforça o que já foi apresentado no que se refere à discussão sobre ética profissional e sobre a instrumentalidade do processo de trabalho do assistente social antes da entrada do aluno no campo de estágio. Este dado se confirma com a informação de que o estágio se inicia no terceiro período

e que a ética profissional como disciplina só é vista no quarto período da graduação (Anexo III).

Todavia, cabe ressaltar que grande parte do alunado do curso de Serviço Social da PUC-Rio, de acordo com informações da sua coordenação de graduação, possui perfil de militância em movimentos sociais e atividades em ONG's e, além disso, o curso considera o processo interventivo como elemento fundamental para a formação dos futuros assistentes sociais sem, contudo, desconsiderar a sua articulação com a reflexão teórico-metodológica.

Assim, ao partir da compreensão do processo de supervisão como parte integrante do processo de trabalho do assistente social, cheguei à percepção de que ela vem sofrendo os mesmos impactos que a profissão, ao longo de sua história. Portanto, tanto a unidade de ensino como a unidade campo de estágio precisam reconhecer as implicações desses impactos para o processo de estágio e supervisão e se organizar de forma a contemplar e enfrentar os desafios colocados ao Serviço Social na atualidade.

A ABEPSS vem discutindo, atualmente, a construção da Política Nacional de Estágio, buscando articular as entidades representativas da categoria, em defesa do estágio qualificado. O seu objetivo se encontra em torno da superação dos desafios encontrados para a organização do estágio e da supervisão. Estes se encontram articulados, tanto aos princípios da Política Nacional de Estágio, aprovada em 25 de setembro de 2008 (Lei nº 11.788), que considera o estágio como obrigatório ou não obrigatório, como à proliferação de cursos de Serviço Social com ensino a distância, que tem como base o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005⁷⁶, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei e Diretrizes Base da Educação Nacional- LDB)⁷⁷.

No Encontro ABEPSS/ Colegiado Leste, que ocorreu em 1º de junho de 2009, adotou-se como ponto de discussão a articulação entre as instituições de

⁷⁶ Este Decreto vem caracterizando a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem deve ocorrer com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Este vem trazendo os princípios para o credenciamento de instruções para oferta de cursos e programas na modalidade à distância como: a educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional, educação básica, cursos superiores, cursos e programas de pós-graduação,

⁷⁷ Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (LDB, Lei nº 9.394/96).

ensino públicas e privadas. Neste encontro participaram diversos representantes dos cursos de Serviço Social da região leste, inclusive a coordenadora de estágio da PUC-Rio, que acabava de assumir o cargo, o que mostra um compromisso com a filiação da unidade à ABEPSS. O objetivo do encontro foi buscar elementos para a construção da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, para fortalecer a política educacional defendida pelas diretrizes curriculares de 1996 e 1999, que traz como eixo principal a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Relaciono abaixo os pontos principais e sugestões dadas pelos representantes das UFA's do Rio de Janeiro para pensar a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, durante o referido encontro:

- 1) Carga horária da Resolução nº 533 versus a Lei 11.788 - repensar (Como foi tirado esse número);
- 2) Incentivo para supervisão de campo através de certificado da ABEPSS;
- 3) Capacitação de supervisores (CFESS/ABEPSS) por região;
- 4) Fórum de supervisores por Unidade;
- 5) Articulação pesquisa e extensão;
- 6) Informação sobre a realidade dos campos – supervisores/instituições/estagiários para verificar qual deve ser a relação supervisor de campo /alunos?
- 7) Supervisão presencial em todas as modalidades de curso de Serviço Social;
- 8) As UFA's devem fazer oficinas locais para discutir o PNE e enviar sugestões para o email: abepss@gmail.com.

A consideração do estágio como obrigatório ou não obrigatório pela Lei nº 11.788, vem trazendo mais desafios para a categoria profissional, no que diz respeito ao acompanhamento sistemático do estágio e da supervisão, deixando demandas para o Serviço Social. A primeira delas é o acompanhamento do estágio não-obrigatório, questão que ainda não havia sido superada no estágio obrigatório, como vimos no estudo apresentado sobre a organização do estágio e da supervisão do curso de Serviço Social da PUC-Rio. Este foi um dos questionamentos apresentados pelos representantes da ABEPSS na Oficina Nacional de Graduação, realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2009, na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Em vista dessas modificações e desafios apresentados, no encontro realizado entre o conjunto CEFSS (Conselho Federal de Serviço Social) e CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) no ano de 2008, foi publicada a Resolução nº 533, para regulamentar a supervisão direta de estágio. Esta resolução foi fruto

do processo de debate já acumulado, que iniciou-se no ano de 2003, no XXXII Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Salvador, e que discutiu a relação do estágio supervisionado com a Política Nacional de Fiscalização do Estágio.

Na Resolução nº 533, um dos pontos interessantes é o critério para a realização do estágio nas instituições. Ela traz em seu texto que a instituição deve dispor de condições adequadas de trabalho para o assistente social, o que é um regulamento importante, estando ele ligado ao estágio curricular obrigatório ou não-obrigatório.

No entanto, percebe-se que a Resolução nº 533, não vem dando conta de todas as demandas que se encontram para a categoria profissional, para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno-estagiário. O estágio não-obrigatório é uma dessas demandas, pois pode levar o estagiário à condição de mão-de-obra barata, pois sua condição de não-obrigatório e não curricular acaba por tirar o controle e a fiscalização do estágio e da supervisão das unidades de ensino. Esse foi, inclusive, um dos desafios levantados na Oficina Nacional de Graduação organizada pela ABEPSS, em novembro de 2009.

Nesse sentido, o principal desafio da ABEPSS está em superar as dificuldades de implementar as diretrizes curriculares, que ainda não foram consolidadas. O estágio vem sendo o ponto de discussão na atualidade, mas considero que tal discussão tem que vir em conjunto com as diretrizes curriculares. Percebo que um dos problemas do estágio está no projeto pedagógico dos cursos, ou seja, está intrinsecamente vinculado às dificuldades de consolidação das diretrizes curriculares.

Enfim, os dados obtidos e analisados nesta dissertação, me apontaram inúmeras preocupações frente ao quadro da formação profissional na atualidade. Compreendo que a categoria busca ter mais posicionamento político para construir estratégias de enfrentamento dos desafios postos à profissão. Por isso, além de se ter a articulação do conjunto CFESS/CRESS com a ABEPSS e a ENESSO⁷⁸ na defesa da qualidade do estágio e da supervisão na formação profissional do assistente social, cabe também as universidades, faculdades e aos

⁷⁸ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

próprios assistentes sociais, pensarem a sua contribuição para o fortalecimento e consolidação do Projeto Ético-Político da profissão.

Desse modo, torna-se importante conhecer como vem se dando a supervisão de estágio no processo de trabalho dos assistentes sociais supervisores de estágio dos alunos do curso de Serviço Social, tomando como exemplo para a análise o caso da PUC-Rio, fazendo um resgate sobre a inserção do assistente social na divisão social do trabalho, sobre a organização do seu processo de trabalho e de como a supervisão se insere nesta realidade.

Ao considerar a supervisão de estágio como parte do processo de trabalho do assistente social e traçar reflexões sobre o trabalho do assistente social, deve-se primeiramente levar em consideração as mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, advinda do processo de flexibilização da produção fortalecida pela globalização mundial. Além disso, observa-se nas discussões realizadas anteriormente, no segundo, terceiro e quarto capítulos, que a supervisão, bem como o processo de trabalho do assistente social, passaram por processos ideológicos e por ajustes aos processos sociais no decorrer da trajetória sócio-histórica da profissão de Serviço Social. Ou seja, nem sempre seu desenvolvimento se deu da mesma forma.

Portanto, neste contexto de acirramento das diversas expressões da questão social, conforme já exposto no segundo capítulo, que constitui-se como a base sócio-histórica da requisição social da profissão de Serviço Social, faz-se necessário pesquisar o trabalho do assistente social para que possamos conhecer como se dá a sua rotina no que se refere à supervisão de estagiários.

Conforme ressalta Yamamoto (2005, p. 93), o trabalho do assistente social configura-se enquanto “um tipo de trabalho especializado que se realiza no âmbito de processos e relações de trabalho”, que variam segundo os diversos espaços sócio-ocupacionais, ou seja, não existe um único processo de trabalho, do mesmo modo, não se pode desconsiderar a sua condição de trabalhador assalariado.

Entendo o estágio em Serviço Social como um momento de aprendizado, que se fundamenta na relação teoria e prática, se referenciando nos conhecimentos apreendidos na universidade e nas demandas e requisições vivenciadas pelo profissional no âmbito institucional. Assim, o estágio tem um caráter reflexivo, no momento em que coloca o estudante frente ao processo de trabalho do

assistente social, pois, a partir do conhecimento adquirido, este pode passar a compreender melhor o contexto da profissão que irá exercer.

Buriolla (2006) diz que o estágio é campo de treinamento, espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social. Para ela o estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente (p. 13).

Não concordo com a afirmação de Buriolla (op.cit.), pois o estágio deve ser parte do processo de formação profissional do assistente social, e não o espaço privilegiado de aprendizagem do fazer profissional. A aprendizagem do fazer concreto do assistente social não deve se dar somente no estágio. Deve se situar, também, nas disciplinas que compõem o currículo do curso de Serviço Social, sejam elas de estágio ou não. Esta posição se propõe a contribuir para romper com a dicotomia teoria e prática, tão presente na profissão.

O estágio em Serviço Social se desenvolve em órgãos públicos e privados, mas a supervisão de estágio, especificamente, se insere no processo de trabalho do assistente social, que deve se articular com a coordenação de estágio da universidade e com o supervisor acadêmico. De acordo como o que já foi abordado, essa fase de aprendizado consiste na preparação do estudante, para a sua inserção no mercado de trabalho, inter-relacionando e integrando a formação acadêmica, mais especificamente a teoria aprendida em sala de aula com a prática profissional. Mas, esta, no entanto, vai muito além das exigências formativas para o mercado de trabalho, pois se relaciona a um projeto de profissão, bem como de formação profissional.

No entanto, há de se considerar as instâncias que estão interligadas a esse processo de supervisão, pois ela se insere em uma dada realidade, que é marcada por ideologias. Assim, primeiramente, é de suma importância que as unidades acadêmicas verifiquem como se dá a rotina de trabalho do assistente social supervisor na unidade campo de estágio, para que o processo de supervisão venha a se consolidar da forma estabelecida pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Essa posição se fundamenta na análise da rotina de trabalho do assistente social supervisor, no que refere à supervisão de estagiários. Pude verificar, na fala

de alguns assistentes sociais entrevistados, que o processo de supervisão não vem se dando nesse sentido. Ao perguntar “como se dá a sua rotina de trabalho no que se refere à supervisão de estagiários”, as respostas reforçam a hipótese:

Não existe nenhuma rigidez. A partir do momento que os estagiários têm alguma dúvida, ele faz o atendimento, passa um relato, se submete a minha avaliação... Algumas sugestões aqui são até dadas por eles, e sempre que existe a necessidade estamos fisicamente lado a lado para essa troca. (Entrevistado 6. Pesquisa de campo, em 14/10/2009).

Nós temos aqui uma supervisão individual e a que se realiza em grupo, no qual pegamos um caso para estudar, baseando-se na teoria. Além disso, eles me acompanham nos atendimentos (Entrevistado 7. Pesquisa de campo, em 17/12/2009).

Percebi que há muitas instituições que não oferecem condições para reflexões sobre a prática profissional, sendo o estágio muitas vezes desvirtuado, inexpressivo aos interesses que afetam diretamente a formação profissional do futuro assistente social. Estes impasses encontram-se ligados às relações sociais, norteadas pelo capitalismo. É nesse ambiente contraditório que se encontra o assistente social, em meio à reprodução dessas relações, que sempre tende a defender os interesses dos grupos dominantes, não ficando o estágio e a supervisão longe dessa realidade.

Outro impasse para a realização da supervisão, está na falta de tempo disponível no processo de trabalho dos supervisores entrevistados. A maioria dos assistentes sociais responderam que criam este tempo para supervisionar, como se pode ver nas respostas apresentadas à pergunta “se há espaço e tempo disponível para o processo de supervisão na rotina de trabalho”:

Não há não, mas a gente cria! (Risos) (Entrevistado 2. Pesquisa de campo, em 30/09/2009)

A gente cria, né? É essencial (Entrevistado 7. Pesquisa de campo, em 17/12/2009)

Não. A gente cria este espaço, pois aqui é muito movimentado (Entrevistado 8. Pesquisa de campo, em 22/01/2010)

Outro ponto a se destacar é que 87,5 % dos entrevistados disseram não se sentir sobrecarregado com a função de supervisor de estágio, conforme mostra o Gráfico 8:

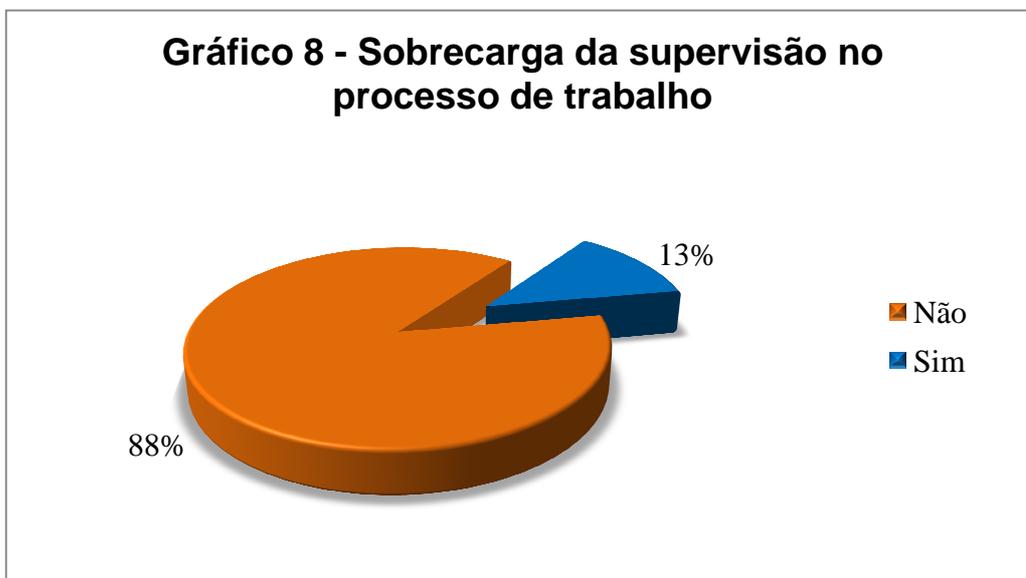


Gráfico 8.

Alguns dos entrevistados chegaram até a relatar que a sobrecarga não vem com a supervisão de estagiário, mas sim com o trabalho, como se observa nas respostas abaixo descritas:

Não, como supervisora não. Me sobrecarrego é com os projetos da instituição (Entrevistado 2. Pesquisa de campo, em 30/09/2009)

Como eu gosto muito de Serviço Social, eu gostaria de ter mais tempo nesse sentido. Como eu tenho funções como diretora e coordenadora do projeto, muitas vezes me falta tempo (Entrevistado 5. Pesquisa de campo, em 09/10/2009)

Não, eu não vejo em momento algum como sobrecarga. Eu gosto até de sentar para conversar com os estagiários, pois eu vou me reciclando também. É uma troca que existe (Entrevistado 8. Pesquisa de campo, em 22/01/2010)

Conforme já exposto, a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição profissional. No entanto, ao conceber a supervisão de estágio deve-se levar em conta não só a sua função pedagógica, mas a sua contribuição para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão. Mas, na atualidade, no âmbito da formação acadêmica, o estágio e a supervisão em Serviço Social vêm se

tornando mais complexo, envolvendo na sua realização as peculiaridades da unidade de ensino, da unidade campo de estágio e do supervisor, havendo, na realidade, um conflito de pensamentos e ideologias que o permeiam, como nos mostra este estudo.

A supervisão de estágio em Serviço Social possui significado e objetivos que, de acordo com as diretrizes curriculares de 1996, deve se dar pela unidade de ensino e unidade campo de estágio. O objetivo de sua realização é levar o aluno-estagiário a apreender as três dimensões que devem orientar a sua formação profissional: dimensão teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

No entanto, ao considerar a supervisão de estágio como parte do processo de trabalho do assistente social e tomar como base a Resolução nº 533, que traz como um dos critérios de inserção do aluno estagiário no campo de estágio as condições adequadas de trabalho do assistente social, busquei identificar o que significa a supervisão de estágio no processo de trabalho dos assistentes sociais entrevistados. Os dados me mostraram que esta não vem se dando no sentido de orientação dos princípios estabelecidos para o estágio e para a supervisão pelas diretrizes curriculares da ABEPSS.

Na visão dos assistentes sociais entrevistados, a supervisão de estágio, no seu processo de trabalho significa uma contribuição para a sua atualização profissional e não um espaço de orientação do aprendizado das dimensões teórico-metodológica, técnico-operacional e ético-política que devem fundamentar a formação e atuação profissional do assistente social. É o que se constata nos depoimentos a seguir, em resposta à pergunta “qual o significado da supervisão de estágio no seu processo de trabalho?”

É importante porque a gente aprende também com as estagiárias. Pois elas trazem a parte teórica, textos inovadores, seminários que acontecem nas próprias universidades (Entrevistado 1. Pesquisa de campo, em 30/09/2009).

Importantíssimo. Para podermos fazer uma reflexão sobre o conteúdo teórico que a universidade exige, procuramos fazer essa troca (Entrevistado 4. Pesquisa de campo, em 07/10/2009).

É muito enriquecedor, é um diálogo que nós estabelecemos com a academia, pois nós, profissionais, nem sempre temos tempo para fazer curso de atualização e de estar próximos dos textos e o estagiário nos traz isso. Acho que nós conseguimos

dar um salto de qualidade com a presença do estagiário (Entrevistado 7. Pesquisa de campo, em 17/12/2009).

Diante dos dados analisados e apresentados neste estudo, considero que a efetivação do estágio e da supervisão vem apresentando aspectos limitadores para a sua realização. Assim, para complementar a minha análise, perguntei aos supervisores se eles possuíam facilidades, limites e desafios para a realização da supervisão no seu espaço profissional.

No que tange aos aspectos facilitadores, uns disseram que se encontram no fato da própria equipe e na gestão da instituição investirem no estágio. Outros disseram que era a relação que eles tinham com o estagiário era o elemento facilitador do processo. Já em relação aos aspectos limitadores, alguns imputavam à dinâmica intensa do trabalho realizado na instituição. Outros disseram não possuir limites. Vejamos o que revelam os depoimentos de alguns assistentes sociais entrevistados:

Eu não vejo limitações não. Aspectos facilitadores? Como é uma troca, é bom tanto para a instituição como para os estagiários (Entrevistado 6. Pesquisa de campo, em 14 /10/2009).

Os facilitadores é a gestão que investe nisso. Os limitadores é essa questão do cotidiano profissional que às vezes engole a gente (Entrevistado 7. Pesquisa de campo, em 17/12/2009).

Aqui os limitadores é porque aqui é uma coisa muito dinâmica. Tem hora que você tem que parar tudo para executar uma nova tarefa e você tem que criar uma nova hora para resolver o que estava fazendo, e isso dificulta um pouco. Os facilitadores é que a equipe está sempre buscando ter esse espaço para discutir os casos com os estagiários (Entrevistado 8. Pesquisa de campo, em 22/01/2010).

Com o exemplo do processo de trabalho dos supervisores entrevistados, procurei demonstrar que as mudanças no mundo do trabalho vêm interferindo nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Como mostram os dados analisados no terceiro capítulo, o Serviço Social vem se deparando com as exigências postas pelo processo de reestruturação do mundo do trabalho. Seja pela sua condição de trabalhador assalariado, seja pela transferência de funções do Estado para a sociedade civil. Portanto, o atual cenário vem exigindo do profissional uma visão crítica desta realidade, para consolidar o Projeto Ético-Político da profissão, que

requer que o assistente social utilize o instrumental teórico-metodológico e técnico-operativo e esteja atento à mediação necessária entre estes e a realidade com a qual se depara.

Cabe ressaltar, contudo, que embora o estudo da amostragem analisada não contemple o conjunto de supervisores de campo do estágio de Serviço Social da PUC-Rio, ele traz questões que merecem atenção e aprofundamento. Por outro lado, tenho clareza que as dificuldades e limites constatados não são exclusivos da PUC-Rio. Ao contrário, conforme visto, a literatura especializada demonstra que tais problemas são intrínsecos à própria profissão, que busca consolidar seu Projeto Ético-Político.

O ponto de partida para a consolidação desse projeto de intervenção profissional depende de análises precisas dos profissionais sobre as condições encontradas na realidade, bem como de ações políticas e compromissadas com os princípios teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social.